

MERCOSUL: NOVOS PARADIGMAS E NOVOS DESAFIOS

Igor Matheus Silva Barros

Igor.barros1505@gmail.com

Leonardo de Gênova

leonardodegenova@gmail.com

RESUMO: O artigo aborda a evolução e os desafios dos blocos regionais econômicos, com foco na Europa e América do Sul, desde o pós-Segunda Guerra Mundial até os dias atuais. O MERCOSUL visava a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, com a eliminação de tarifas e a coordenação de políticas. Entretanto, o bloco enfrentou desafios devido às divergências ideológicas entre líderes dos países membros, como a tensão entre os governos de Bolsonaro e Fernández. A Venezuela foi suspensa em 2016 por desrespeito aos direitos humanos e à ordem democrática, e a adesão da Bolívia, concluída em julho de 2024, ainda enfrenta incertezas. Além disso, o bloco enfrenta desafios com o recente acordo entre Uruguai e China e as divisões internas sobre a crise na Venezuela. A falta de consenso entre os membros e a instabilidade política regional continuam a impactar a eficácia e a coesão do MERCOSUL.

PALAVRAS-CHAVE: MERCOSUL; blocos regionais; Venezuela; Brasil; Argentina.

ABSTRACT: The article examines the evolution and challenges of economic regional blocs, focusing on Europe and South America, from the post-World War II period to the present day. MERCOSUR aimed at the free circulation of goods, services, and productive factors, with the elimination of tariffs and policy coordination. However, the bloc has faced challenges due to ideological divergences among member country leaders, such as the tensions between the governments of Bolsonaro and Fernández. Venezuela was suspended in 2016 for human rights and democratic order violations, and Bolivia's accession, completed in July 2024, still faces uncertainties. Additionally, the bloc encounters challenges with the recent Uruguay-China agreement and internal divisions over the Venezuela crisis. The lack of consensus among members and regional political instability continue to impact MERCOSUR's effectiveness and cohesion.

KEYWORDS: MERCOSUR; regional blocs; Venezuela; Brazil; Argentina.

1. Introdução

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, o cenário internacional tem sido marcado por uma crescente busca por integração econômica e cooperação regional. Este fenômeno é particularmente notável na formação e desenvolvimento de blocos econômicos, que surgem como resposta a desafios políticos e econômicos e como estratégia para fortalecer a posição de seus membros no comércio global. No contexto europeu, as devastadoras consequências da guerra impulsionaram a criação de instituições que visavam não apenas a reconstrução, mas também a integração econômica para prevenir futuros conflitos. A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, formada em 1951, e a subsequente Comunidade Econômica Europeia (CEE) representaram os primeiros passos em direção a um mercado comum europeu, culminando na criação da União Europeia.

Na América do Sul, a integração econômica seguiu um caminho distinto, refletindo a complexidade política e econômica da região. A partir dos anos 60, iniciativas de integração foram marcadas por altos e baixos, influenciadas por regimes políticos variados e crises econômicas. O MERCOSUL, fundado em 1991, representou um esforço significativo para promover a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com a adesão posterior da Venezuela (e em seguida sua suspensão) e, mais recentemente, da Bolívia. No entanto, o bloco enfrentou desafios consideráveis, incluindo divergências ideológicas entre líderes, questões de direitos humanos e instabilidades políticas regionais.

Este artigo explora a formação e a evolução dos blocos regionais econômicos na Europa e na América do Sul, destacando os principais marcos históricos, os objetivos dos blocos e os desafios enfrentados ao longo do tempo. A análise pretende oferecer uma visão abrangente dos fatores que moldaram a integração regional e os obstáculos que continuam a influenciar sua eficácia e coesão.

2. Da formação dos blocos regionais

Historicamente, as alianças entre nações tinham objetivos militares. Os Estados visavam sua proteção, constituindo alianças como a Santa Aliança, formada em 1815 entre Áustria, Rússia e Prússia.

Todavia, com o avanço do capitalismo, passou-se a se preocupar mais com as questões econômicas. Assim, no presente capítulo, buscar-se-á explorar os aspectos que levaram à formação dos primeiros projetos de blocos econômicos, notadamente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

2.1 Precedentes históricos

A maior parte das batalhas da Segunda Guerra Mundial ocorreu em solo Europeu. Garcia (2007) aponta que o estado do continente no pós-guerra era de caos. Surgiam, assim, ideias para a reconstrução local.

Neste contexto, poucos anos após o fim dos conflitos, foi firmado em 1951 o Tratado de Paris, pela Alemanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos, surgindo, assim, um Mercado Comum ao setor de Carvão: a Comunidade Européia do Carvão e do Aço. (ZEN, 2008)

Seis anos depois, em 1957, houve a proposta da criação de um mercado comum maior. Então, conforme destaca FONTAINE (2003), firmou-se em Roma os tratados constitutivos da Comunidade Econômica Européia (CEE) e a Comunidade Européia de Energia Atômica (Eurotam).

Garcia (2007, p.4) destaca que, após a assinatura do tratado de 1957, “mais países aderiram, como Dinamarca, Irlanda, Reino Unido, Grécia, Espanha e Portugal, Áustria, Finlândia e Suécia”

Neste contexto, em 1985, concordou-se em revisar o tratado de Roma, com a edição de uma “Ata única Europeia”, prevendo a criação de um mercado único antes de 1993.

Já na América do Sul, a integração ocorreu em períodos distintos:

A integração na América Latina passou por três estágios distintos. Nos anos 60 e início dos 70 foi caracterizada por intervenção estatal extensiva, cronogramas para a redução gradual de barreiras comerciais inter-regionais e movimentos para o estabelecimento de tarifas externas comuns. Na segunda metade da década de 70, a frustração com o hiato entre as expectativas iniciais e os resultados levou a um período de passividade e consolidação. Nesse período, os países da América Latina, afetados pela crise da dívida externa, abandonaram suas metas originais e adotaram um enfoque cauteloso, baseado em acordos bilaterais parciais. O terceiro estágio se inicia nos anos 90, com a transformação das políticas de comércio e industrialização. A cooperação passa a ser vista como ferramenta para estimular as exportações regionais nos principais mercados internacionais. (Ffrench-Davis, 1995, apud BAUMANN et al., 2001, p. 22)

Soma-se a isto o fato de que vários países sul-americanos estavam sob regimes militares na década de 70.

Brasil e Argentina passaram por um período de rivalidade durante esta década. Enquanto no Brasil o regime militar iniciou-se em 1964, na Argentina o presidente havia sido

deposto ainda em 1962. Os governos militares de ambos países passaram, então, a considerar-se rivais geopolíticos. (BARROS, 2023)

A análise de Baumann et al. (2001) aponta que a reaproximação entre Brasil e Argentina foi determinante para a formação do MERCOSUL. Segundo o autor, ainda nos anos 70, foi assinado o acordo tripartite entre Paraguai, Brasil e Argentina, que versava sobre a usina de Itaipu. Barros (2023) destaca que havia um receio do regime militar argentino sobre a real intenção do Brasil com a construção da Usina, o que foi superado com a assinatura do acordo.

Já na década de 1980, além da redemocratização, os dois países “passavam por problemas econômicos, o que favoreceu a integração entre eles para solução de seus problemas comuns.” O auge da aproximação entre Brasil e Argentina foi em 1985, com a assinatura da “Ata de Iguazu”, por meio da qual os países declaravam o objetivo de estabelecer maior aproximação em todas as áreas. (BARROS, 2023, p. 50)

Superadas as barreiras, partiu-se para a próxima etapa da formação do que seria o MERCOSUL:

Ao final de novembro de 1985, a assinatura da Declaração de Iguazu é considerada a pedra fundamental do processo de integração. Nessa oportunidade, decidiu-se criar uma Comissão Mista para a integração, composta de representantes governamentais e do setor privado e presidida pelos chanceleres do Brasil e da Argentina. Em 29 de julho de 1986 foi assinada a Ata para a Integração Argentino Brasileira, que estabelece o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil (PICE), embrião do futuro mercado comum. (BAUMANN et al. 2001, p. 22)

Deste modo, América do Sul e Europa terminavam os anos 1980 próximas da formação de seus blocos econômicos, e o mesmo movimento foi observado em outras partes do mundo.

2.2 Anos 90

A formação dos blocos econômicos avançou consideravelmente nos anos 90 do século XX. MACHADO e MATSUSHITA (2019) entendem que este movimento ocorreu como consequência do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o que provocou uma corrida dos países capitalistas em direção aos mercados consumidores.

Em dezembro de 1992, o então presidente norte-americano George H. W. Bush assinou, a posteriormente seu sucessor Bill Clinton ratificou, e o NAFTA passou a vigorar no

início de 1994, envolvendo Estados Unidos, Canadá e México. O objetivo do acordo era “a eliminação tarifária das barreiras no comércio de bens e serviços entre os três países membros em um prazo de 15 anos”. (MARIANO et al., 2019, p. 237)

No continente africano, no segundo semestre de 1999, optou-se por substituir a Organização da Unidade Africana, datada de 1963. Era o início da União Africana, que seria oficializada no ano de 2002, que surgia em um contexto de solução de determinados problemas do continente, como o fim do regime de segregação racial na África do Sul, em 1994, e do avanço das democracias. (HAFFNER e VIANA, 2013)

Já na Europa, o fim da União Soviética atingiu de maneira mais contundente alguns países mais vinculados economicamente à antiga potência:

O colapso do comércio com a União Soviética afetou gravemente as economias europeias (como a da Finlândia) que dependiam de exportações para o Leste. Com o fim da Guerra Fria, era necessária uma infusão de ajuda às economias em transformação na Europa Oriental; com isso sobravam menos recursos para custear os fundos estruturais em outros programas de coesão da CE. A unificação econômica e monetária alemã em 1990 gerou déficits orçamentários, importação de capital e um surto de gastos que exerceram uma pressão ascendente sobre as taxas de juro em todo o continente. A queda do dólar em relação ao marco alemão e a outras moedas do MTC prejudicou ainda mais a competitividade internacional da Europa. O continente, então, entrou em uma de suas mais profundas recessões no período pós-guerra. (EICHENGREEN, 1996, p. 224 apud PACHECO, 2015, p. 26)

Assim, o tratado de Maastricht, assinado em 1992, representou, dentre outras coisas, uma forma de tentativa de maior inserção dos países europeus no novo cenário internacional e, nas palavras de Moura (2001, p. 59), “constituiu o enquadramento necessário para projetar a Europa no Século XXI”.

Na América do Sul, Carlos Menem e Fernando Collor, presidentes democraticamente eleitos em Argentina e Brasil, reuniram-se na capital argentina em 1990, onde assinaram a “Ata de Buenos Aires”, onde acordava-se que os dois países formariam um mercado comum até 31 de dezembro de 1994. (FRIEDRICH e GUIMARÃES, 2015)

Em 1991, Uruguai e Paraguai juntaram-se a Brasil e Argentina, assinando o Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL. Conforme apontam Friedrich e Guimarães (2015, p. 133): “Ao curso integracionista entre Brasil e Argentina, consagrado na Ata de Buenos Aires, passaram a fazer parte o Uruguai e o Paraguai. O Tratado foi inovação que operou uma mudança nas relações do Cone Sul”

3. MERCOSUL: Formação e desenvolvimento

O texto do tratado de Assunção previa a constituição do MERCOSUL em 31 de dezembro de 1994, tendo como objetivos:

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente; O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegárias, de transporte e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes, e O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração. (BRASIL, 1991, p.1)

Poucos dias antes do prazo previsto, em 17 de dezembro de 1994, o Protocolo de Ouro Preto definiu como seria a estrutura do MERCOSUL, e estabeleceu em seu artigo 34 que “O Mercosul terá personalidade jurídica de Direito Internacional. ” (BRASIL, 1996, p.1) Almeida (2011) destaca, no entanto, que a evolução do MERCOSUL foi prejudicada principalmente por conta dos ciclos econômicos de cada país, e por suas políticas econômicas, que nem sempre são convergentes.

Prova disto foi compromisso do MERCOSUL com a democracia, firmado com o Protocolo de Ushuaia, de 1998, que previa que “A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo” (BRASIL, 2002, p.1)

O protocolo foi assinado em um contexto de crise economia em países como Brasil e Argentina, e visava impedir que o autoritarismo voltasse a ganhar força durante o período. Por outro lado, períodos de convergência política também fortaleceram o MERCOSUL, como durante a chamada “onda rosa”, ou “guinada à esquerda”. Néstor e Cristina Kirchner na Argentina (de 2003 a 2015), Lula e Dilma no Brasil (de 2003 a 2016), Tabaré Vázquez e José Mujica no Uruguai (de 2005 a 2020) e Fernando Lugo no Paraguai (de 2008 a 2012), todos com ideologias próximas, concordaram com avanços no MERCOSUL em relação a temas como educação e cultura.

Foi também durante este período que a Venezuela ingressou no MERCOSUL. O ano era 2012, e, até então, o Paraguai era o único a se opor à entrada dos venezuelanos no bloco. Granado (2023) aponta que o presidente paraguaio Fernando Lugo sofreu um processo de impeachment em menos de 48 horas. O MERCOSUL não aceitou a forma como o presidente foi deposto, e o Paraguai foi suspenso do bloco.

BUENO e FEIJÓ (2014), apontam que a adesão da Venezuela ao bloco ocorreu em julho de 2012, agregando, à época, um mercado de mais de 29 milhões de pessoas e 316 bilhões de dólares.

Em 2015, iniciou-se o processo de adesão da Bolívia ao MERCOSUL, concluído apenas em julho de 2024.

Recentemente, houve um período de enfraquecimento dos movimentos de esquerda nos países do bloco, em especial no Paraguai, após o impeachment mencionado anteriormente. Na Argentina, Mauricio Macri assumiu a presidência em 2015. No Brasil, Michel Temer (2016) e, posteriormente, Jair Bolsonaro (2019) e, no Uruguai, Lacalle Pou (2020).

A alternância de poder entre políticos de diferentes ideologias voltou a ocorrer em seguida, destacando-se os casos de Argentina e Brasil. Este é um dos novos desafios do MERCOSUL, que será explorado no capítulo seguinte.

4. Novos desafios do Mercosul

O desenvolvimento, e até mesmo a continuidade do MERCOSUL, tem sido colocado em xeque diante dos novos desafios que o bloco tem enfrentado. A seguir, serão analisados alguns dos principais obstáculos enfrentados nos últimos anos.

4.1 – Divergências ideológicas

Brasil e Argentina, países mais poderosos do MERCOSUL, enfrentaram e enfrentam problemas de relacionamento por conta de divergências ideológicas entre seus presidentes.

Empossado em 2019, Jair Bolsonaro conviveu em seu primeiro ano de mandato com Mauricio Macri, e ambos se viam como aliados. Dias após a posse do brasileiro, o então presidente argentino visitou o Brasil, e um dos temas abordados foi o MERCOSUL:

Com relação ao Mercosul, os presidentes decidiram trabalhar durante suas consecutivas presidências pro-tempore, em 2019, para rever a tarifa externa comum, melhorar o acesso a mercados

e avançar em facilitação de comércio e convergência regulatória. No plano externo, acordaram impulsionar as negociações mais promissoras já em curso e avaliar o início de novas negociações com outros parceiros. (BRASIL, 2019, p.1)

Todavia, em 10 de dezembro de 2019, Alberto Fernández assumiu a presidência da Argentina. Fernández é amigo pessoal de Lula, maior opositor de Bolsonaro. O então presidente do Brasil não compareceu à posse do novo presidente argentino, e o primeiro encontro oficial entre os dois ocorreu apenas em junho de 2022, na Cúpula das Américas. Na ocasião, “o governo argentino promoveu um encontro de chanceleres do Mercosul”, visando superar as crises. (G1, 2022, p.1)

Em 2023, Lula volta ao poder, e se reúne com Fernández por diversas vezes logo nos primeiros meses de seu mandato. Novamente, o MERCOSUL foi tema da primeira conversa entre os líderes:

Fernández falou sobre a transição do comando temporário do Mercosul, que está com seu país até o fim do ano. “Vamos deixar tudo organizado para passar a Presidência do ao Brasil”, disse. Os dois presidentes também falaram sobre o processo eleitoral na Argentina e sobre a importância de ampliar a integração sul-americana. (BRASIL, 2023, p.1)

Como visto, o processo eleitoral na Argentina também foi mencionado, uma vez que as eleições no país ocorreram ainda em 2023, terminando com a vitória de Javier Milei. Próximo a Bolsonaro e desafeto de Lula, Milei já se referiu ao atual presidente brasileiro como “corrupto”, “comunista”, dentre outros xingamentos. (CNN, 2024, p.1) Os mandatários seguem sem dialogar.

Nota-se, portanto, que as relações entre Brasil e Argentina têm sido ditadas pela proximidade ou afastamento de seus presidentes. Os últimos mandatários de ambos os países não parecem preocupados em manter diálogo independentemente de ideologias, o que tem prejudicado a relação entre os países e, conseqüentemente, o desenvolvimento do MERCOSUL.

4.2 Venezuela

Membro do MERCOSUL desde 2012, a Venezuela está suspensa do bloco desde dezembro de 2016, inicialmente por não cumprir as obrigações que assumiu quando aderiu ao bloco, destacando-se a promoção e proteção dos direitos humanos.

Em agosto de 2017, foi decretada sua suspensão em razão do art. 5º do protocolo de Ushuaia, por desrespeito à ordem democrática. (MENEZES et al., 2021).

Nicolás Maduro governa o país desde 2013. Durante o período, envolveu-se em diversas polêmicas no âmbito interno e externo. Recentemente, o mandatário convocou um referendo para anexar a região de Essequibo, rica em petróleo, que atualmente pertence à Guiana. A disputa é antiga, e o Brasil, embora não tenha se posicionado firmemente sobre o tema, se propôs a mediar as negociações. (BBC, 2023)

Segundo a BBC (2023), Os Estados Unidos anunciaram exercícios militares com sobrevoos na região. O Brasil teme a instalação de bases militares norte-americanas no lugar, que faz fronteira com a Amazônia brasileira.

O papel do Brasil como líder regional passou a ser questionado diante da situação, envolvendo dois de seus vizinhos. Igualmente, a importância do MERCOSUL também deve ser analisada: Qual o papel dos países do bloco em situações como esta? O MERCOSUL deve intervir como mediador ou sua atuação se restringe a questões econômicas?

Mais recentemente, as eleições na Venezuela trouxeram uma série de controvérsias. Maduro declara-se vencedor em uma disputa pouco transparente, e é reconhecido por poucos países. Outros consideram seu opositor, Edmundo Gonzáles, como vencedor. No MERCOSUL, a Bolívia parabenizou Maduro, enquanto Argentina e Uruguai reconhecem a vitória de Gonzáles.

O Brasil manifestou-se por nota publicada juntamente com a Colômbia e o México, na qual afirma que “as controvérsias sobre o processo eleitoral devem ser dirimidas pela via institucional. O princípio fundamental da soberania popular deve ser respeitado mediante a verificação imparcial dos resultados.” (BRASIL, 2024, p.1)

A posição de cada um dos países demonstra a divisão interna do MERCOSUL, o que prejudica o avanço de temas importantes para o bloco.

4.3 Adesão da Bolívia

Em julho de 2024, ocorreu no Paraguai a 64ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, onde a Bolívia foi anunciada como novo membro do MERCOSUL. Javier Milei não participou do encontro, demonstrando que, para ele, o bloco não é uma prioridade.

A inclusão da Bolívia expande o mercado consumidor do MERCOSUL, oferecendo novas oportunidades para exportadores dos países membros. Com uma população de

cerca de 12 milhões de pessoas, a Bolívia representa um mercado adicional significativo para bens e serviços. Além disso, a Bolívia é rica em recursos naturais, como gás natural e minerais, e sua adesão pode proporcionar acesso mais fácil e seguro a esses recursos. Dados de 2019 apontam que, já naquela época, a Bolívia era a principal fornecedora de gás natural para o Brasil:

A oferta total de gás natural, somando produção nacional e importada, em abril de 2019, foi de 73,2 MMm³/dia, caindo um total de 4,4% em relação ao mês anterior. Vale destacar que no ano de 2019, 68% do volume total de gás natural ofertado ao mercado foi de origem nacional, e similarmente 68% do gás importado para o país foi de origem boliviana. (LAMASSA, 2019, p.3)

Desta forma, a entrada da Bolívia no bloco pode beneficiar as economias dos países membros do MERCOSUL, que podem complementar suas necessidades com tais recursos.

A integração regional também é reforçada com a entrada da Bolívia, promovendo uma maior coesão econômica e política na América do Sul, além de aumentar o volume do bloco e contribuir para a estabilidade e cooperação na região, além de beneficiar o país com a possibilidade de maiores investimentos e negociação de acordos.

No entanto, a adesão da Bolívia também apresenta desafios. O país enfrenta instabilidades políticas e econômicas, como tentativas de golpe e uma governança incerta. O último movimento golpista no país ocorreu no fim de junho de 2024, quando militares chegaram a invadir o palácio presidencial. (G1, 2024)

Além disso, a integração da Bolívia pode exigir ajustes significativos nas políticas e regulamentos do MERCOSUL, afinal, com mais um país participando das tomadas de decisões, estas tendem a ser mais burocráticas e demoradas.

Esses aspectos destacam a complexidade envolvida na adesão de novos membros a blocos regionais, evidenciando a necessidade de equilibrar benefícios e desafios para promover uma integração eficaz e sustentável.

5. Conclusão

A análise da formação e evolução dos blocos econômicos na Europa e na América do Sul revela um panorama complexo e dinâmico de integração regional. O MERCOSUL, criado com o objetivo de promover a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, trilhou uma trajetória repleta de desafios e oportunidades. Desde sua criação nos anos 1990, o bloco sul-americano enfrentou uma série de obstáculos que moldaram sua eficácia

e coesão, mas o futuro do MERCOSUL está longe de ser promissor sem uma abordagem cuidadosa e estratégica.

A pesquisa demonstra que o principal desafio do MERCOSUL reside nas profundas divergências ideológicas e políticas entre seus membros. A alternância de poder entre governos com diferentes visões e agendas tem sido um fator desestabilizador, exemplificado pela relação tumultuada entre Brasil e Argentina. A recente eleição de Javier Milei na Argentina, com sua postura crítica ao MERCOSUL, e a polarização política no Brasil indicam que o bloco pode enfrentar um período prolongado de instabilidade e ineficácia, com falta de consenso e imensa dificuldade em manter uma política externa coesa.

Além disso, questões internas também representam desafios significativos. A suspensão da Venezuela, devido a violações de direitos humanos e questões de democracia, demonstra a dificuldade do MERCOSUL em implementar suas normas e manter a ordem interna. A adesão da Bolívia, como demonstrado, embora ofereça novas oportunidades, pode complicar ainda mais a coordenação dentro do bloco. Essas questões evidenciam a necessidade urgente de reformas na estrutura do MERCOSUL para garantir uma resposta mais ágil e eficiente a crises e oportunidades.

Externamente, o MERCOSUL enfrenta pressões consideráveis, incluindo a competição com outros blocos econômicos e a crescente influência de potências como a China na América Latina. O Uruguai, um dos membros do MERCOSUL, assinou acordo comercial individual com o gigante asiático, visando aproximar-se de seu mercado, e demonstrando sua descrença em relação ao poder de ação do MERCOSUL.

A capacidade do MERCOSUL de manter sua relevância e competitividade em um ambiente global em rápida transformação é fundamental. A integração regional não se resume à eliminação de barreiras comerciais internas, mas também à adaptação às novas realidades econômicas e políticas. A incapacidade de responder adequadamente a esses desafios pode enfraquecer a posição do MERCOSUL no cenário global e limitar suas oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

É essencial que os membros do MERCOSUL encontrem maneiras de reconciliar suas diferenças e reforçar seu compromisso com a integração regional. Reformas na estrutura interna e a promoção de diálogos mais profundos são passos importantes para revitalizar o bloco e fortalecer a coesão entre os países membros.

Todavia, não se vislumbra em um futuro próximo que este diálogo aconteça, ao menos enquanto Brasil e Argentina continuarem com seus entraves ideológicos. Deste modo, presume-se que uma saída possível é o estabelecimento de acordos comerciais que sejam

benéficos a todos os membros, uma vez que, ao vislumbrar a possibilidade de crescimento econômico, os governantes podem olhar com mais cuidado para o MERCOSUL.

Deste modo, a pesquisa atingiu seu objetivo, demonstrando que o futuro do MERCOSUL é preocupante, uma vez que o bloco não tem se posicionado firmemente em relação aos seus novos desafios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O desenvolvimento do Mercosul: progressos e limitações**. 2011.

BARROS, I.M.S. **Artigo 4º da constituição federal de 1988: Formação e aplicação nas questões internacionais**. Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Conclusão. Assis, 2023

BAUMANN, Renato (Organizador) et al. **Mercosul: avanços e desafios da integração**. 2001.

BBC. **Essequibo: entenda crise entre Venezuela e Guiana**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxw120m0k9do>> Acesso em: 12 jun. 2024

BRASIL. **Decreto nº 350, de 21 de novembro de 1991**.

BRASIL. **Decreto nº 1.901, de 09 de maio de 1996**.

BRASIL. **Decreto nº 4.210, de 24 de abril de 2002**.

BRASIL. **Declaração conjunta emitida por ocasião da visita de trabalho ao Brasil do presidente da Nação Argentina, Mauricio Macri – Brasília, 16 de janeiro de 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-conjunta-emitida-por-ocasio-a-visita-de-trabalho-ao-brasil-do-presidente-da-nacao-argentina-mauricio-macri-brasilia-16-de-janeiro-de-2019> Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. **Eleições Presidenciais da República Bolivariana da Venezuela — Comunicado Conjunto de Brasil, Colômbia e México**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/eleicoes-presidenciais-da-republica-bolivariana-da-venezuela-2014-comunicado-conjunto-brasil-colombia-e-mexico> Acesso em: 04 ago. 2024

BRASIL. **Presidente Lula recebe Alberto Fernández e celebra integração com a Argentina**. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o->

planalto/noticias/2023/06/presidente-lula-recebe-alberto-fernandez-e-celebra-integracao-com-a-argentina> Acesso em: 26 jul. 2024.

BUENO, Eduardo Urbanski; FEIJÓ, Flávio Tosi. **A entrada da Venezuela no Mercosul: uma análise de equilíbrio geral computável sobre os impactos setoriais no Brasil.** 2014.

CNN. **Milei sobre Lula: “Qual o problema em chamá-lo de corrupto? Ele não foi preso?”** Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/milei-sobre-lula-qual-o-problema-em-chama-lo-de-corrupto-ele-nao-foi-presos/>> Acesso em: 01 ago. 2024

EICHENGREEN, B. J. **A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional.** São Paulo, 1996, Ed. 34.

FONTAINE, Pascal. **Doce lecciones sobre Europa.** Luxemburgo: Oficina de Publicaciones Oficiales de Isa Comunidades Europeas, 2003

FFRENCH-DAVIS, R. **Trends in regional cooperation in Latin America: the crucial role of intra-regional trade.** In : TEUNISSEN, J. J. (ed.). *Regionalism and the global economy, the case of Latin America and the Caribbean.* 1995.

FRIEDRICH, Tatyana; GUIMARÃES, Guilherme. Ensaio de integração: Brasil e Argentina no século XX, pontos de aproximação e de afastamento até a formação do Mercosul. **Estudos Internacionais**, v. 3, n. 1, p. 115-140, 2015.

G1. **Após primeira conversa com Bolsonaro, Fernández diz ao GLOBO que ‘Brasil e Argentina não podem estar brigados’.** Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/06/depois-de-primeira-conversa-com-bolsonaro-fernandez-diz-ao-globo-que-brasil-e-argentina-nao-podem-estar-brigados.ghtml>> Acesso em: 5 jun. 2024

G1. **Militares tentam dar golpe de Estado na Bolívia e invadem palácio presidencial, mas ato é desmobilizado.** Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/06/26/presidente-da-bolivia-diz-que-forcas-armadas-fazem-mobilizacao-irregular.ghtml>> Acesso em: 10 set. 2024.

GARCIA, Fábio Bittencourt. Breves considerações sobre a união Europeia. **Revista Eletrônica Direito e Política**, v. 2, n. 2, p. 143-154, 2007.

GRANDO, Kelen Barboza. **A transição da onda rosa para a onda azul: impactos nos mecanismos de integração financeira do Mercosul de 2012 a 2019.** 2023.

HAFFNER, Jacqueline AH; VIANA, Genivone Etmý Sequeira. União Africana: desafios e oportunidades do bloco. **Conjuntura Austral**, v. 4, n. 20, p. 69-94, 2013.

LAMASSA, Daniel. Gás Natural. **Boletim de Conjuntura**, n. 01, p. 34-40, 2020.

MACHADO, Marlon Wander; MATSUSHITA, Thiago Lopes. Globalização e blocos econômicos. **Revista de Direito Internacional e Globalização Econômica**, v. 1, n. 1-Ext, p. 104-132, 2019.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello; MATTOS, Angelo Raphael; SUGAHARA, Daniela Rodrigues. Do NAFTA ao USMCA: Trump e os interesses nacionais. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 54, 2019.

MENEZES, Filipe Cortes de; BANDICIOLI, Sarah do Carmo; CARDOSO, Henrique Ribeiro. A democracia no protocolo de Ushuaia e a suspensão do Paraguai e Venezuela do Mercosul. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 1, n. 30, p. 205-223, 2021.

MOURA, Teresa. De Maastricht a Nice. **Nação e Defesa**, 2001.

PACHECO, Pablo Cota. **A EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO EUROPÉIA: O Caminho até o Tratado de Maastricht e os Problemas de Formação do Euro**. 2015. Tese de Doutorado.

ZEN, Cláudia Roberta Benvenuti. A evolução do Mercosul e União Europeia segundo as fases de integração. **Trabalho de Conclusão de Curso de Comércio Exterior do Centro de Ciências Sociais Aplicadas-Gestão**, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2008.